

**FESURV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MENSURAÇÃO DE BENS CULTURAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE  
OS MÉTODOS DE VALORAÇÃO DOS BENS CULTURAIS**

**KARLA CRISTINA RODRIGUES**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> ELIENE APARECIDA DE MORAES**

Trabalho de Conclusão de Curso II  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Contábeis da Fesurv – Universidade de Rio  
Verde, como parte das exigências para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Contábeis.

**RIO VERDE - GOIÁS**

**2013**

**FESURV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MENSURAÇÃO DE BENS CULTURAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE  
OS MÉTODOS DE VALORAÇÃO DOS BENS CULTURAIS**

**KARLA CRISTINA RODRIGUES**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> ELIENE APARECIDA DE MORAES**

Trabalho de Conclusão de Curso II  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Contábeis da Fesurv – Universidade de Rio  
Verde, como parte das exigências para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Contábeis.

**RIO VERDE - GOIÁS**

**2013**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, por terem sido meus guias nesta etapa tão importante da minha caminhada. Devo tudo que sou à vocês, por nunca terem desistido de mim e principalmente, por terem acreditado, que apesar de toda dificuldade, eu seria capaz de vencer.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por mais uma etapa cumprida. Por me permitir concluir este trabalho.

A toda minha família, em especial aos meus pais, Keila Maria da Silva Rodrigues e Carlos Rodrigues dos Santos, por terem tido paciência nos momentos de dificuldade, por terem confiado em minha capacidade e pelo apoio fornecido, em todos os aspectos.

A todos os colegas de graduação, que contribuíram de alguma forma, com a execução deste trabalho e agradeço principalmente, pelo companheirismo em todas as atividades realizadas durante minha passagem pela faculdade. Em especial as minhas amigas: Katrine Moraes do Carmo, Nayara Moraes dos Santos e Thaís Teles Arantes Chaves por terem me acompanhado em toda essa trajetória.

A minha orientadora Eliene Aparecida de Moraes, por ter contribuído não só com as orientações e ensinamentos, mas exemplo e motivo de orgulho, nesta caminhada tão significativa, contribuindo, para minha formação profissional e também, como ser humano.

## RESUMO

RODRIGUES, Karla Cristina. **Mensuração de bens culturais:** um estudo bibliográfico sobre os métodos de valoração dos bens culturais. 2013. 49p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – Fesurv - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2013.♦

Bens Culturais são bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente e em conjunto, que incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais-artísticas, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Os métodos tradicionais não são suficientemente adequados, para a mensuração dos bens culturais, por possuírem características, que impossibilitam sua mensuração por métodos convencionais, dentre eles destacam-se: o método do Custo de Viagem e o Método de Valoração por Contingência. O objetivo desta pesquisa foi apresentar os procedimentos para a mensuração dos bens culturais, através de uma revisão bibliográfica feita a partir de livros, normas, leis, artigos, dentre outros. Quanto a metodologia, a pesquisa classifica-se em bibliográfica e documental, realizada a partir de trabalhos científicos, que tratam da aplicação dos métodos de mensuração mais utilizados. Como resultado, observou-se que 70% dos trabalhos da amostra aplicaram o Método de Valoração Contingente e 30% para aplicarem o Método de Custo de Viagem. Constatou-se que o tratamento contábil dado aos bens culturais deve ser aprimorado e que não existe normatização suficiente, principalmente, no âmbito nacional.

**Palavras-Chave:** Bens culturais, mensuração, reconhecimento.

---

♦ Banca Examinadora: Profª. Eliene Aparecida de Moraes – Fesurv (Orientadora); Profº. Célio Ricardo de Mesquita – Fesurv; Profº. Ms. Ricardo Neves Borges – Fesurv.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Karla Cristina. **Measurement of cultural property**: a bibliographic study on methods of valuing cultural assets. 2013. 49p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – Fesurv - University of Rio Verde, Rio Verde, 2013. ♦

Cultural goods are material and immaterial nature resources, taken individually and jointly, in which include forms of expression, ways of creation, making and living the scientific creations, artistic and technological works, objects, documents, buildings and other spaces intended for cultural, artistic, urban complexes and sites of historical, natural, artistic, archaeological, paleontological, ecological and scientific values. Traditional methods are not sufficiently suitable for the measurement of cultural property, to possess characteristics that preclude their measurement by conventional methods, among which stand out the Travel Cost Method and the Valuation Method for Contingency. This study aimed to present the procedures for the measurement of cultural property, through a literature review made from books, regulations, laws, articles, among others. Regarding the methodology, this research is considered in literature and documents held from scientific papers dealing with the application of measurement methods most used. As a result, it was observed that 70% of the work sample applied the Contingent Valuation Method and 30% applied the Travel Cost Method. It was found that the accounting treatment given to cultural goods should be improved and that there is sufficient regulation, especially at national level.

**Key-Words:** Cultural goods, measurement, recognition.

---

♦ Examining board: Teacher Eliene Aparecida de Moares – Fesurv (Advisor); Teacher Célio Ricardo de Mesquita – Fesurv; Teacher Ms. Ricardo Neves Borges – Fesurv.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Excedente do consumidor estimado para a população (R\$).....	24
TABELA 2	Classificação dos trabalhos científicos em bibliográficos e empíricos.....	34
TABELA 3	Classificação dos trabalhos por ativos culturais e ambientais.....	35
TABELA 4	Quantidade de trabalhos científicos por ano.....	36
TABELA 5	Métodos de mensuração de ativos culturais e ambientais.....	37
TABELA 6	Aplicação dos métodos de mensuração aos bens culturais.....	37

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ASB – *Accounting Standards Board*

CF – Constituição Federal do Brasil

DAP – Disposição a pagar

DAR – Disposição a receber

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FRS – *Financial Reporting Standard*

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

MVC – Método de Valoração Contingente

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Contextualização.....	11
1.2 Problema de pesquisa.....	12
1.3 Objetivos.....	13
1.3.1 Geral.....	13
1.3.2 Específicos.....	13
1.4 Justificativa.....	13
1.5 Delimitação da pesquisa.....	14
<b>2 PLATAFORMA TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
2.1 Patrimônio cultural.....	15
2.2 Evolução histórica.....	16
2.3 Mensuração de bens culturais.....	17
2.3.1 Tratamento contábil dado aos bens culturais pelo <i>Financial Reporting Standard (FRS) 30 – Heritage assets</i> .....	19
2.3.2 Tratamento contábil dado aos bens culturais pelo MCASP.....	19
2.3.3 Tratamento contábil dado aos bens culturais pela <i>Statement of Federal Financial Accounting Standards 29 – Heritage Assets and Stewardship Land</i> .....	20
2.4 Trabalhos nacionais e internacionais sobre bens culturais.....	22
<b>3 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE BENS CULTURAIS.....</b>	<b>25</b>
3.1 Custo de valoração contingente.....	25
3.2 Método de custo de viagem.....	28
3.3 Método dos preços hedônicos.....	30
<b>4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>33</b>
4.1 Classificação da pesquisa.....	33
4.2 Amostra, coleta e classificação dos dados.....	34
<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>36</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>44</b>

# **1 INTRODUÇÃO**

## **1.1 Contextualização**

A sociedade começou a ter outra visão em relação aos bens culturais, a partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII, em que se desenvolveu uma maior preocupação com a permanência das memórias e feitos do passado, que estavam embutidos nos monumentos, além de perceberem que esses bens contribuíam com a nação devido à grandeza e o poder denotado (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006). Em consequência disso, surgiram as primeiras ações políticas relacionadas à conservação e restauração, levando esta preocupação a nível internacional, ocasionando a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual dentro da sociedade das Nações e o primeiro documento internacional de interesse à proteção de bens, com carga histórica e artística (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Portaria STN n. 437/12 emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, os bens culturais possuem essa nomeação devido à sua contribuição cultural, ambiental e histórica sendo que, de forma alguma devem ser mantidos com o intuito de gerar benefícios econômicos, até mesmo porque, existem obstáculos, que impedem que sejam usados desta forma. O manual também apresenta características próprias dos bens culturais, como a impossibilidade de apurar seu valor de acordo, com o valor de mercado, a proibição e restrição de venda devido a algumas obrigações legais e estatutárias, são insubstituíveis, seus valores podem aumentar com o tempo e não possuem tempo de vida útil definido.

Ainda de acordo com o MCASP, os bens culturais não precisam necessariamente ser mensurados e reconhecidos, caso o sejam, o uso de métodos diferenciados dos utilizados em outros bens do ativo imobilizado são permitidos. Porém, devem ser registrados de acordo com as normas apresentadas no MCASP.

Segundo Guia (2008), os bens culturais são divididos em bens de valores de uso e valores de não uso. Os bens que compõem os valores de uso se subdividem em valores de uso

direto, indireto e de opção, e os bens que compõem os valores de não uso se subdividem em valores de existência e de legado.

Como os métodos tradicionais não são suficientemente adequados para a mensuração dos bens culturais, desenvolveu-se métodos diversificados dos utilizados nos demais bens do ativo, dentre eles destacam-se o método do Custo de Viagem que atribui valor aos bens culturais a partir dos custos com a visita ao bem e o Método de Valoração por Contingência, em que se atribui o valor do bem através da Disposição a Pagar e da Disposição a receber por um determinado bem (MARQUES, 2011).

Dentro deste contexto o objetivo desta pesquisa é apresentar os procedimentos para a mensuração dos bens culturais, através de uma revisão bibliográfica feita a partir de livros, normas, leis, artigos, dentre outros.

## 1.2 Problema de pesquisa

Segundo Bedate et al. (2004) citados por Marques (2011), os bens culturais são bens de difícil mensuração devido às suas características serem diferentes dos bens habituais de mercado, pois não possuem um mercado, que expresse seu valor e não possuem registros que permitam a atribuição de valores pelo custo. Sendo assim, os métodos comuns de mensuração não alcançam os bens culturais, por isso as normas de contabilidade pública aceitam outras formas de mensuração, se forem adequadas conforme normatizado pela FRS 30 (*Financial Report Statement*) que trata da mensuração e reconhecimento de bens culturais e ambientais no setor público, emitido pelo *Accounting Standards Board*<sup>1</sup>.

Dentre estes métodos, se destacam o Método de Valoração Contingente e o Método do Custo de Viagem, em que a Valoração Contingente agrega valor pela Disposição a Pagar ou a Disposição a receber por um determinado bem e o Custo de Viagem estima o valor do bem pela procura estimando esse valor, de acordo com os custos totais, da visita ao bem cultural (MARQUES, 2011).

Diante do tema proposto, o problema de pesquisa é a questão ou dúvida a ser esclarecida ou solucionada, ou seja, é uma dificuldade que precisa ser resolvida (ZORDAM; BARROSO; CABRAL, 2005).

---

<sup>1</sup> Órgão que tem a prerrogativa de emitir normas contábeis no Reino Unido. A FRS 30 é aplicada no Reino Unido e também na República da Irlanda.

Observando o contexto anteriormente citado, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é o tratamento contábil dado aos bens culturais e os métodos utilizados para sua mensuração no contexto nacional?

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Geral**

Segundo Fernandes (2002), os objetivos gerais se desprendem do tema. Referem-se diretamente ao conteúdo, aos fenômenos, as hipóteses e aos problemas, que suscitaram a escolha.

Para responder o problema de pesquisa, o estudo tem como objetivo geral demonstrar através de pesquisa bibliográfica o tratamento contábil relacionado à mensuração dos bens culturais no contexto nacional.

#### **1.3.2 Específicos**

Segundo Filho e Santos (2002), o objetivo específico está intrínseco ao objetivo geral, porém, nesta fase há a necessidade de se expor o motivo específico da pesquisa, ou seja, seu ponto central.

Atendendo ao disposto no objetivo geral desta pesquisa, apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

- Demonstrar uma abordagem teórica sobre os bens culturais;
- Traçar uma abordagem teórica sobre os métodos para mensuração de bens culturais;
- Teorizar as variáveis que influenciam no processo de mensuração/valoração de bens culturais;
- Verificar os métodos mais utilizados em pesquisas sobre o tema.

### **1.4 Justificativa**

A Constituição Federal do Brasil (CF), do ano de 1988, em seu artigo 216, diz que constitui patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente e em conjunto, nos quais incluem as formas de expressão, os modos de criar,

fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais-artísticas, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Estes bens apresentam características próprias, o que dificultam sua mensuração e o tratamento contábil. Segundo Bedate et al. (2004) citados por Marques (2011), os métodos tradicionais de mensuração não se aplicam aos bens culturais devido às características diferenciadas. A maioria não possui um mercado ativo para que se possa estimar seu valor de mercado e não possuem documentos que comprovem seu custo histórico.

Mediante a dificuldade de mensuração, as normas de contabilidade voltadas aos bens públicos permitem que os bens culturais sejam mensurados desde que seja por métodos aceitos e adequados.

Tendo em vista a necessidade de conhecimento sobre este assunto tão pouco explorado e não compatível com os métodos tradicionais de contabilidade, sobre os bens culturais, a pesquisa justifica-se pela contribuição teórica relacionada, aos métodos de valoração existentes e pela contribuição trazida para a área contábil já que estes métodos são necessários, no processo de mensuração, dos bens culturais.

Existe uma carência sobre o assunto no âmbito nacional, e também internacional, de acordo com Guia (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada “A valoração econômica de bens culturais” cita que a União Européia publicou até um estudo denominado “*The Economy of Culture in Europe*” incentivando o interesse pela Economia da Cultura, principalmente pelo reduzido número de pesquisa nesta área.

A valoração de bens culturais vem unir a contabilidade com a capacidade dos mesmos, em gerar receitas, e contribuir, para o crescimento econômico de cidades, regiões, dentre outros, através do turismo.

### **1.5 Delimitação da pesquisa**

A pesquisa delimita-se ao estudo das técnicas de mensuração dos bens culturais no âmbito nacional através de uma abordagem teórica.

## **2 PLATAFORMA TEÓRICA**

### **2.1 Patrimônio cultural**

Os bens culturais são classificados de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como bens de uma das classes de Bens de Uso Comum do Povo, que são divididos em Bens de Infraestrutura e Bens do Patrimônio Cultural.

Os bens do Patrimônio Cultural são assim descritos devido a sua contribuição histórica, cultural e ambiental e na maioria das vezes não devem ser mantidos com o intuito de gerar benefícios financeiros até mesmo porque existem normas, que proíbem a sua utilização para tal fim. Destaca-se que geralmente esses bens possuem características marcantes como a não existência de um mercado que defina seu valor, a existência de proibições ou imposições legais que não permitem sua venda, seus valores podem aumentar com o passar do tempo independentemente do seu estado físico e possuindo incerteza quanto ao seu tempo de vida útil (MCASP).

Dentro deste conceito cita-se como exemplo de bem cultural o Cristo Redentor localizado na cidade do Rio de Janeiro, este bem não possui mercado de compra e venda e seu valor não está disponível, e ainda não há uma forma confiável de estimar seu valor contábil atual.

O *Financial Reporting Standard 30 (Heritage Assets)* define que os ativos culturais possuem qualidades históricas, artísticas, científicas, tecnológicas, geofísicas ou ambientais que são mantidos principalmente, pela sua contribuição, para o conhecimento e cultura.

Conforme o portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o Patrimônio Cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo que está presente em todos os lugares e atividades como nas casas, ruas, museus, escolas, danças, músicas, nas artes, igrejas e praças, e também ao modo de fazer, criar e trabalhar. Com isso percebe-se que o Patrimônio Cultural é importante na formação da identidade de todos nós. Ele pode ser dividido em Patrimônio Material composto por um conjunto de bens culturais classificados conforme sua natureza podendo ser dividido em bens imóveis, com núcleos urbanos e sítios arqueológicos e móveis como coleções arqueológicas e

acervos museológicos documentais; e Imaterial que é definido pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que é parte integrante do patrimônio cultural.

Segundo Guia (2008), os bens culturais são divididos em bens de valores de uso e valores de não uso. Os bens que compõem os valores de uso podem ser entendidos como todos os bens culturais, que estão à disposição, para o uso da comunidade no momento e se subdividem em valor de educação e valor de existência. Enquanto isso, os valores de não uso podem ser compreendidos como os bens que sabe-se que existem mais não são usados, pois são destinados ao uso futuro, podendo então ser classificados como valor de herança, valor de opção e valor de prestígio (BEM; GIACOMINI, 2011).

Conforme Bem e Giacomini (2011), o valor de educação e de existência referem-se respectivamente ao desenvolvimento do pensamento social através da cultura e dos benefícios trazidos pelos bens culturais simplesmente, pela sua existência, sem ao menos terem sido utilizados. Ainda conforme os autores, valor de herança refere-se a possibilidade de deixar os benefícios auferidos pela cultura serem utilizados por gerações futuras, já o valor de opção refere-se aos benefícios advindos somente da possibilidade do uso ou participação de algum acontecimento cultural e por fim o valor de prestígio diz respeito ao sentimento de identidade ocasionado por algumas instituições culturais. Como exemplo de valor de não uso cita-se bens culturais do contexto artístico como uma obra de arte e de valor de uso cita-se obras literárias.

## **2.2 Evolução histórica**

A preocupação relacionada aos bens culturais sofreu diversas alterações até se alcançar o entendimento da atualidade. De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006):

... a preocupação com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural de um povo remonta ao final do século XVIII, mais particularmente à Revolução Francesa, quando se desenvolveu uma outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado.

A partir daí, nascem às primeiras ações políticas voltadas a conservação dos bens culturais, pois se passou a entender que eles são capazes de denotar poder e grandeza a nação á qual pertencem.

O conceito de Patrimônio Cultural se modificou muito com o passar do tempo, pois anteriormente se considerava patrimônio cultural somente os monumentos históricos por



serem marcos históricos da civilização. Com o desenvolvimento e a urbanização, o ambiente se modificou passando a ser integrado também por formas de sociabilidade tornando seu conceito mais amplo, passando a ser entendido como todo o conjunto de bens culturais englobando muitos outros bens como: paisagens, arquiteturas e tradições (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Alguns eventos foram promovidos no século XX com a intenção de proteção aos bens culturais em escala internacional. Mesmo com a urbanização, ainda existia uma preocupação com as formas urbanas do passado. Com isso criou-se então a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dentro das sociedades das Nações com o objetivo de potencializar as relações culturais entre os países. Essa convenção deu origem a Carta de Atenas de 1931, o primeiro documento internacional relacionado à preocupação com a proteção dos bens culturais por serem entendidos como bens de interesse histórico e artístico (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

A Carta de Atenas de 1931 consiste em um documento inovador em relação a preservação e restauração dos monumentos históricos. É composta por princípios doutrinas e técnicas voltadas à proteção e a continuidade dos monumentos histórico, artístico e científico pertencentes não só a região mais sim mundialmente. Tratou também da valorização dos monumentos firmando que o caráter e fisionomia tanto nas construções dos edifícios quanto na preservação devem ser mantidos, pontuando que a área vegetal próxima aos monumentos devem ser preservadas por serem convenientes ao caráter histórico dos bens (IPHAN).

### **2.3 Mensuração de bens culturais**

O valor cultural de um bem é definido através da atribuição dada pelas pessoas de acordo com as necessidades, utilidades e desejos atendidos por esses bens, podendo ser classificados em valores de uso e de não uso. O valor de uso é o valor dos benefícios diretos ou indiretos que uma pessoa retira do bem, e o valor de não uso compreende o valor de bens que não usamos diretamente, que serão utilizados futuramente, classificados em valor de opção, de existência, de prestígio, de herança e de educação (ABREU et al., 2008).

As técnicas tradicionais de mensuração não se aplicam aos bens culturais devido às suas características e também devido a outros fatores como: a natureza desses bens, a falta de um mercado ativo, não existe na maioria das vezes documentos que comprovem seu custo histórico, e principalmente, são bens que dependem da opinião de cada cidadão para que seja quantificado e qualificado (MCASP).

Devido à relatividade enorme quanto à mensuração de bens culturais, permite-se que sejam utilizados métodos de mensuração diferentes dos habituais, desde que sejam relevantes e apropriados (FRS 30).

Os métodos de valoração ambiental são os mais utilizados nos bens culturais. São divididos em métodos diretos e métodos indiretos. Os métodos diretos são utilizados quando se baseiam no valor de mercado, e utilizam técnicas de comparação direta de mercado, involutiva, de custos e de capitalização de renda. Enquanto os métodos indiretos são utilizados devido a não existência de um mercado para esses bens. Consequentemente, a utilização do método direto para esses bens seria impossível (MARQUES, 2011).

Em consonância com Marques (2011), voltando exemplo do Cristo Redentor, é impossível aplicar o método direto, pois não há mercado ativo para cotação do valor de compra ou venda de um ativo idêntico, ou mesmo similar, pois não existe outro Cristo Redentor, com as mesmas características e agregação cultural, como o que está situado na cidade do Rio de Janeiro.

Conforme Guia (2008), os métodos indiretos são divididos em método de valoração contingente, método do custo de viagem, técnicas de preços hedônicos, funções de utilidade e equações de procura, sendo que os métodos mencionados se baseiam nas funções de demanda dos bens culturais, para estimar o valor do ativo, não esquecendo que as funções de demanda neste caso, surgem de mercados hipotéticos e de mercados complementares aos bens analisados (ABREU et al., 2008).

Os bens culturais do Ativo imobilizado possuem características que impedem que os procedimentos de reconhecimento e mensuração habituais sejam aplicados. Como exemplo destas características cita-se: a falta de um mercado ativo para esses bens, a dificuldade em estimar sua vida útil, a falta de documentos que comprovem seu custo histórico, entre outras. Por isso o reconhecimento e mensuração desses bens seguem bases diferentes dos demais bens do ativo, conforme o MCASP.

Porém, se registrados, devem ser evidenciados conforme as normas do MCASP, não esquecendo que alguns bens como recursos minerais e florestais, tais como petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes, são de difícil mensuração e necessitam de normatização específica (MCASP).

O mesmo acontece com os bens culturais do ativo intangível, em que os procedimentos de mensuração e reconhecimento devem ser diferentes em determinadas atividades ou transações que são extremamente especializadas e dá origem a questões que requerem tratamento diferenciado, como acontece com os bens culturais (MCASP).

### **2.3.1 Tratamento contábil dado aos bens culturais pelo *Financial Reporting Standard (FRS) 30 – Heritage assets***

O FRS 30 apresenta novos parâmetros de divulgação aos bens culturais definindo que eles devem ser relatados pelas entidades independentemente de estarem ou não no Balanço Patrimonial afirmando que a devida divulgação contribui decisivamente para a fidedignidade dos relatórios da entidade como também traz melhor compreensão aos usuários de tais informações (FRS 30).

Conforme o FRS 30, a contabilidade deve passar por reformas referentes ao tratamento contábil dado aos bens culturais demonstrando que os atuais padrões contábeis não os alcançam, levando algumas entidades a divulgarem seus bens culturais em divulgações adicionais que não são totalmente confiáveis e que apontam algumas divergências prejudiciais à sua utilidade (FRS 30).

A partir das observações feitas pelo FRS 30, viu-se a necessidade da criação de um novo FRS, mais completo, com a intenção de incentivar as entidades a demonstrarem seus bens culturais em seus demonstrativos, pelo custo ou avaliação, onde as valorizações devem trazer valores mais próximos possíveis, trazendo maior utilidade aos seus demonstrativos (FRS 30).

Como incentivo, a norma permite que seja aplicado como métodos de valoração, métodos diferentes dos habituais, desde que sejam apropriados e pertinentes e, além disso, exige a divulgação da política de aquisição, preservação, gestão e aquisição dos bens culturais de forma à divulga-los em seus demonstrativos financeiros, em documentos que acompanhem os demonstrativos ou em algum documento disponibilizado pela entidade (FRS 30).

### **2.3.2 Tratamento contábil dado aos bens culturais pelo MCASP**

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público os bens imóveis se dividem em: bens de uso especial, que compreendem bens como terrenos, glebas, museus dentre outros bens; em bens dominiais, compreendido pelos bens que são patrimônio de pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades e ainda os bens que tenha dado estrutura de direito privado; bens de uso comum do povo, entendido como de domínio público; bens imóveis em andamento compreendido por bens ainda não concluídos e por fim os demais bens não classificados nas categorias anteriores.

Os bens culturais são classificados como bens de uso comum do povo, sendo assim dificilmente geram entradas de caixa, até mesmo pela existência de barreiras legais ou sociais. Além disso, os bens culturais possuem características que dificultam seu reconhecimento e mensuração como: dificuldade em apurar valores de mercado, pela não existência de um mercado exclusivo a eles e também por não transparecerem seu valor financeiro; proibições legais e estatutárias referente à venda; são bens insubstituíveis e seus valores podem ser inconsistentes independentemente de seu estado físico; e a impossibilidade de estimar sua vida útil (MCASP).

Devido a todas estas características o MCASP define que a mensuração e reconhecimento dos bens culturais não são obrigatórios e que os métodos de mensuração podem ser distintos dos demais bens do ativo imobilizado, pontuando que se evidenciados devem seguir as normas apresentadas pelo manual aplicadas ao ativo imobilizado.

### **2.3.3 Tratamento contábil dado aos bens culturais pela *Statement of Federal Financial Accounting Standards 29 – Heritage Assets and Stewardship Land***

O FASB com a finalidade de esclarecer o tratamento contábil dado aos Heritage Assets reuniu vários profissionais de diferentes áreas e criou um guia chamado *Statement of Federal Financial Accounting Standards 29 – Heritage Assets and Stewardship Land* publicado em 28 de fevereiro de 2008, destacando de forma qualitativa e quantitativa a materialidade de se informar os heritage assets, levando o profissional contábil a se questionar quanto a necessidade de prestar contas aos usuários das informações contábeis. Esse aspecto qualitativo pode ser entendido no momento que identifica-se a necessidade da divulgação dos *heritage assets* para elucidar a missão das empresas, e também para otimizar o gerenciamento dos *heritage assets* ou do *stewardship land* (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

Conforme o FASB os *heritage assets* se dividem em dois grupos, onde o primeiro grupo é composto por aqueles bens que contribuem somente com valor histórico/cultural e o segundo grupo, *multi-use*, composto por aqueles que contribuem de forma histórico/cultural e também de forma operacional (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

Tratando do reconhecimento dos *heritage assets* contidos no primeiro grupo, os valores referentes ao custo de aquisição, melhoria, reforma ou renovação devem ser lançados como custo no período incorrido. Já os bens classificados como *multi-use*, tais custos devem ser contabilizados no Balanço Patrimonial e para depreciação deve-se observar sua vida útil (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

No caso dos bens obtidos por doação, os *heritage assets* devem constar em notas explicativas, mais já os *multi-use heritage assets*, devem ser escriturados de acordo com seu valor histórico, se impossível, serão registrados a *fair value* estimado o que torna a situação difícil devido a subjetividade quanto ao valor dos bens culturais estimado pela sociedade (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

Ainda conforme o FASB, os *heritage assets* devem ser classificados de acordo com suas qualidades históricas, naturais, culturais, educacionais, artísticas e arquitetônicas, destacando que as notas explicativas são imprescindíveis no caso desses bens por conter a relação dos *heritage assets* com a missão institucional e também por demonstrar a importância desses bens não só para a instituição mais para a sociedade como um todo (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

O *Accounting Standards Board – ASB*, órgão responsável pela emissão de normas no Reino Unido editou o *Draft Financial Reporting Standard: Heritage Assets* n. 42, criado em junho de 2008, dando origem um ano mais tarde ao FRS 30: *Heritage Assets* (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

O intuito da norma é melhorar o tratamento contábil dado aos *heritage assets* independente de estarem ou não no Balanço Patrimonial, ditando que esse tratamento deve seguir os parâmetros utilizados nos ativos fixos tangíveis sendo mensurados de acordo com o FRS 15 – *Tangible fixed assets*, observando que se tratando de bens que possuem informações de custo, os mesmos devem ser registrados no balanço separadamente dos demais bens do ativo fixo, possibilitando melhor visualização deles no patrimônio da entidade. No caso de indisponibilidade de informação, onde o custo pela busca de informações possa vir a ser superior ao valor dos benefícios esperados por esses bens, a situação deve estar contida em notas explicativas (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

O ASB define que a avaliação dos *heritage assets* pode ser realizada por qualquer método desde que sejam apropriados e relevantes, gerando uma questão de subjetividade quanto ao entendimento de apropriado e relevante. Caso a valoração referente as doações não seja possível, faz-se necessária divulgação dos motivos que levarão ao não reconhecimento dos mesmos. Se tratando da depreciação, o ASB não permite sua realização devido a impossibilidade de medir a vida útil dos *heritage assets* não dispensando dos testes de *impairment* aqueles que passaram por processo de deterioração física (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

No Brasil existe a conscientização quanto a proteção dos bens culturais, levando em consideração a contribuição histórica trazida por eles, existindo então normas quanto a

preservação deste patrimônio, mais ainda não se obteve sucesso nenhum quanto a criação de normas pertinentes ao registro adequado de tais bens. Existem discussões públicas com o objetivo de regularizar tal situação. Órgãos como: os Conselhos Federal e regional de contabilidade conjuntamente discutem o tema, fato que ainda não trouxe contribuições maiores para a divulgação dos bens culturais (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010).

#### **2.4 Trabalhos nacionais e internacionais sobre bens culturais**

Optou-se por citar alguns trabalhos nacionais e internacionais, que tratam sobre o tema para ressaltar sua relevância e também, as dificuldades e limitações acerca do assunto.

Barton (2004), procurou em seu trabalho oferecer argumentos conceituais relativos a contabilização de bens públicos, usando a teoria econômica dos bens públicos, o autor explica que a aplicação de normas contabilísticas aos bens públicos é difícil, já que os valores de mercado destes bens não podem ser obtidos devido a suas características peculiares. O trabalho ainda aborda a questão da inserção dos museus da Austrália, na demonstração de posição financeira dos órgãos públicos, no entanto o autor conclui argumentando que as informações contábeis devem ser relevantes e confiáveis, e que a avaliação dos bens culturais são realizadas em bases não confiáveis e ainda que a prestação de informação irrelevante e não confiável frustra a boa gestão dos ativos.

Uma pesquisa realizada em 2005, pelos autores Hooper, Kearins e Green com o título um tanto curioso “Saber o preço de tudo e o valor de nada: a contabilização de ativos patrimoniais”, buscou analisar argumentos conceituais acerca da contabilização de ativos culturais e a resistência por parte de alguns museus da Nova Zelândia em avaliar seus bens. A pesquisa foi realizada analisando os relatórios anuais dos museus e entrevistas. Os autores concluem que a noção de valores para bens culturais, como é o caso dos museus, são completamente diferentes dos bens tradicionais, e ainda aponta a resistência de vários profissionais em aceitar que estes bens devem ter um tratamento diferenciado já que são insubstituíveis ou sem qualquer mercado ou feira para obtenção de valor, porque alguns possuem milhões de anos, e finalizam questionando sobre qual tratamento deverá ser dispensado para estes bens.

Angelo e Carvalho (2007), através de uma pesquisa utilizando o método do custo de viagem conseguiram valorar o rio Araguaia localizado na região de Aruanã, no estado de Goiás, apurando um valor recreativo estimado pelos gastos incorridos pelo público de R\$ 17 bilhões ao ano, e ainda alertam, que este valor é subestimado pela imprecisão no registro do

número de visitantes, e ressaltam a importância de investimentos ambientais e a manutenção da integridade ecológica do rio Araguaia.

Guia (2008), utilizou em sua dissertação de mestrado o método do custo de viagem aplicando o modelo regressivo de Poisson, para determinar a curva da procura dos bens culturais sob análise, o Convento de Cristo que foi um dos candidatos às Sete Maravilhas do País, o Museu dos Fósforos e a Sinagoga, bens estes localizados na cidade de Tomar em Portugal. A autora elaborou um questionário, que permitiu perceber as variáveis que influenciariam na procura pelos bens culturais, bem como permitisse o cálculo do valor econômico de tais bens. Chegou-se aos resultados que o bem cultural mais valorizado dentre os analisados foi o Convento de Cristo, que chegou a € 76,81, seguido pelo Museu dos Fósforos, que atingiu um valor de € 72,78, e a Sinagoga, que foi valorada em € 62,73.

Abreu et al. (2008), realizou uma pesquisa em Maceió utilizando o método do custo de viagem, para valorar a Praia da Avenida, chegando a um valor econômico total da utilidade recreativa, em cerca de R\$ 37 milhões/mês.

Em 2010, a autora Gonçalves pesquisou sobre o tema valoração de bens culturais em sua dissertação de mestrado, buscando valorar economicamente o Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa e o Museu Regional de Arqueologia em Braga, localizados em Portugal. Utilizando-se de entrevista foram colhidos os dados necessários para a realização da pesquisa, que apresenta como resultados a falta de contabilização do acervo dos museus, até porque não existe em tal país uma legislação contábil específica, e segunda a autora, os representantes dos museus julgam difícil a aplicação da contabilidade do acervo.

Bem e Giacomini (2011), realizaram uma pesquisa intitulada “O uso do método da valoração contingente para uma cesta de bens culturais no município de Canos, Rio Grande do Sul”, em que as autoras procuraram identificar o valor que os consumidores estavam dispostos a pagar para acesso a estes bens culturais, dentre os bens culturais pesquisados estavam bares, boates, incluíram também internet, TV a cabo, livros, didáticos e cinema. Concluiu-se que a despesa média de cada entrevistado com bens culturais, era de R\$ 221,00 e ainda que dentre as faixas de renda a maior disposição a pagar está entre as pessoas que recebem entre seis e nove salários mínimos.

Marques (2012) apresentou sua dissertação tratando da mensuração dos ativos culturais, valorando bens culturais no Distrito Federal. Aplicou o Método do Custo de Viagem através dos métodos de abordagem zonal, individual e híbrida para estimar o valor da Catedral, Torre de TV e a Praça dos Três Poderes. Através da aplicação do método pode constatar que os benefícios individuais em cada atrativo variam de acordo com a abordagem

utilizada, por isso evidenciou os valores mensurados de acordo com o método de abordagem aplicado a cada atrativo. Os valores estimados em sua pesquisa está apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 – Excedente do consumidor estimado para a população (R\$).

<b>Abordagem</b>	<b>Catedral</b>	<b>Torre de TV</b>	<b>Praça dos Três Poderes</b>
Zonal	R\$ 13.726.590,72	R\$ 4.708.123,76	R\$ 3.102.167,95
Individual	R\$ 4.060.306,83	R\$ 1.827.240,90	R\$ 3.038.234,50
Híbrida	R\$ 93.646.482,81	R\$ 22.393.416,64	R\$ 22.067.074,41

Fonte: Marques (2012).



### **3 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE BENS CULTURAIS**

De acordo com Barton (2004), Navrud e Ready (2002), Bedate et al. (2004) e Porter (2008) citado por Marques (2012), os bens culturais possuem particularidades que dificultam sua mensuração, com isso a contabilidade passa a ter sua mensuração como problema, não só para a contabilidade em si mais também aos demonstrativos contábeis. Algumas dessas particularidades são: a utilização que pode ser tanto individual como em grupo, a subjetividade encontrada nos benefícios trazidos por eles, e também por serem bens de domínio público o que ocasiona não rivalidade de consumo.

Apesar de toda dificuldade encontrada na mensuração dos bens culturais, estudiosos provaram que existem métodos de valoração capazes, métodos esses permitidos pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) justamente pelo fato desses bens serem de difícil mensuração e por possuírem características diferentes dos demais ativos. Dentre os métodos encontrados, destaca-se o Método de Valoração Contingente, Método do Custo de Viagem e o Método dos Preços Hedônicos que serão abordados nas sessões seguintes, destacando que não se deve ignorar a subjetividade desses métodos e a variação trazida pela escolha da técnica de abordagem a ser utilizada (MARQUES, 2012).

Serão apresentados nas seções seguintes os métodos de mensuração aplicados aos bens culturais que se destacam na literatura conforme afirma Marques (2012). Será abordado o Método de Valoração Contingente, Método do Custo de Viagem e o Método dos Preços Hedônicos.

#### **3.1 Custo de valoração contingente**

O método de valoração contingente (MVC) é composto por técnicas fundamentadas em pesquisa de campo, que visam estimar o valor econômico dos bens em análise, de acordo com as preferências das pessoas mediante o aumento ou diminuição da qualidade do bem de forma hipotética. Este método é utilizado como opção na falta de um mercado verdadeiro que atribua valor econômico aos bens em questão, obtendo assim valores por estimativa (MATOS et al., 2010).

De acordo com Bem e Giacomini (2011), o método de valoração contingente (MVC) parte de uma amostra de pessoas, objetivando extrair os valores que os mesmos estariam dispostos a pagar (DAP) e o quanto estariam dispostos a receber (DAR), em que a DAP corresponde ao valor que um indivíduo estaria disposto a pagar por um bem cultural mediante um mercado hipotético. Já a DAR se refere a quanto o entrevistado estaria disposto a receber como compensação pela falta ou mudança ocorrida a um bem cultural.

Sendo assim, o MVC utiliza questionários para levantar os valores econômicos que as pessoas se dizem estar dispostas a pagar ou a receber pelo bem em situações hipotéticas, por isso esse método se diferencia de outros métodos por ser capaz de mensurar quase todos os bens culturais, apesar da dependência ao questionário ocasionada pelo método (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008).

Dentre as metodologias aplicadas no MVC, encontra-se o método *Open-ended* e Referendo. O método *Open-ended* encontra o valor que o entrevistado está disposto a pagar pelo bem de forma direta, onde a resposta determinará um valor X. A partir de X calcula-se então uma média que pode ser utilizada para encontrar tanto a DAP quanto a DAR (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008).

O próximo passo conforme a metodologia *Open-ended* é analisar quais variáveis influenciam nas respostas dos entrevistados, formando assim variáveis como função de renda ( $X_i$ ), da educação ( $S_i$ ), e de outras variáveis explicativas, incluindo também um parâmetro representado por  $E_i$  (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008):

$$DAP = f(X_i, S_i, E_i)$$

Onde:

DAP = Disposição à pagar

$X_i$  = variáveis explicativas (Ex.: renda do entrevistado)

$S_i$  = variável explicativa (Ex.: educação)

$E_i$  = parâmetro (Ex.: parâmetro ambiental)

Segundo Motta (1998) citado por Stampe, Tocchetto e Florissi (2008), esta fórmula não precisa necessariamente ser pré-definida, podendo ser ajustada de acordo com os dados da amostra, podendo assim encontrar mudanças na DAP ou na DAR mediante mudança no recurso em análise representado na fórmula por  $E_i$ , observando que se multiplicarmos a média da DAP pelo total da população encontra-se o valor estimado do bem.

A metodologia do tipo Referendo vem ganhando espaço por ser um método mais simples, menos subjetivo, por evitar respostas nulas ou em branco, e por várias outras vantagens. É feito inicialmente por questionário com respostas pré-determinadas, onde os indivíduos deve optar por uma dessas respostas, podendo existir respostas binárias associando números que podem ser 1 ou 0 com respostas do tipo sim ou não respectivamente, podendo então identificar se a DAP (ou a DAR) máxima é maior, igual ou inferior ao valor apresentado na pesquisa (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008).

Exemplificando, o método referendo é apresentado por meio de votação onde o entrevistado opta entre valores hipotéticos pré-determinados, de um bem ou serviço cultural, com intuito de identificar um perfil da função de distribuição acumulada da disponibilidade de pagamento (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008).

No método Referendo os indivíduos já conhecem a função de utilidade, mais existem termos não-observáveis desconhecidos até mesmo pelo entrevistador. Supondo que S seja o pagamento (ou compensação), ou seja, a DAP ou a DAR, proposta por determinada melhoria em um bem. Se aceita pode-se medir a variação de utilidade comparando a utilidade com o pagamento de S e da utilidade sem o mesmo (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008):

$$\Delta U = U(Y-S, Z_i) - U(Y, Z_0) + \eta > 0$$

Onde:

$\Delta U$  = Variação da utilidade

U = Utilidade

$Z_i$  e  $Z_0$  = qualidade final e inicial

Y = Renda do entrevistado

$\eta$  = variável aleatória com valor esperado zero

Firmando em 1 o valor de S, obtém-se a curva de demanda agregada (D) para a variação através da fórmula:

$$D(S) = 1 - F(S)$$

Onde:

F(S) = função de distribuição da probabilidade de que a DAP seja menor do que o valor proposto S

D(S) = função de distribuição da probabilidade de que a DAP seja maior do que o valor proposto S

Em consequência indica-se a função  $F(S)$  que representa a aceitação da proposta.

$$F(S) = \frac{1}{(1 + e^{\Delta U})}$$

Onde:

$F(S)$  = função de distribuição da probabilidade de que a DAP seja menor do que o valor proposto  $S$

$e$  = valor aceito

$\Delta U$  = Variação da utilidade

Essa fórmula representa o exercício econométrico do Método Referendo dado através de modelos econométricos de escolha probabilística e também através dos Modelos de Variável Dependente Binária que por sua vez propõe um valor para o Método Referendo (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008).

A utilização do Método de Valoração Contingente possui limitações como: a aplicação baseada em mercado hipotético levar a valores que não representam realmente as preferências do entrevistado e a subjetividade relacionada à capacidade de cada indivíduo em entender as variações apresentadas ao responderem o quanto estão dispostos a pagar (BRANDLI et al., 2006).

### **3.2 Método de custo de viagem**

O método de custo de viagem tem por objetivo estimar o valor econômico dos bens culturais através de pesquisa de campo que visa levantar os gastos efetivos dos visitantes ao patrimônio cultural. Gastos como transporte, taxa de entrada, hospedagem, alimentação, entre outros (MAIA; ROMEIRO, 2008).

Como somente a DAP dos visitantes são consideradas, o método se refere somente a valores de uso direto e indireto dos benefícios trazidos pela visita ou utilização do patrimônio cultural. A partir de uma função que relaciona a taxa de visitação ao custo de viagem, estima-se a disposição a pagar pela visita aplicando a teoria econômica do excedente do consumidor (MAIA; ROMEIRO, 2008).

O método do custo de viagem pode ser aplicado na abordagem individual ou por zonas residenciais definidas pela distância ao bem. Através da aplicação de questionários, o

método busca conhecer o perfil dos visitantes do local, identificando dados como idade, escolaridade, renda entre outros (ABREU et al., 2008).

Através dessas informações, estima-se a taxa de visitação (V) que pode ser correlacionada com o custo de viagem e outras variáveis socioeconômicas pela fórmula (ABREU et al., 2008):

$$V = f(CV, Z_1, \dots, Z_n)$$

Onde:

V = Taxa de visitação

CV = Custo de viagem

Z = Variáveis socioeconômicas

A partir da equação anterior, obtém-se a curva de demanda ( $f'$ ) recreacionais do patrimônio cultural. Observando assim possíveis variações no número de visitas de acordo com alteração no custo de viagem (ABREU et al., 2008).

Identificada à curva de demanda da DAP, encontra-se o excedente do consumidor (EC), considerado como medida do benefício proporcionado pelo patrimônio aos visitantes que o utilizam. Mede-se EC através da expressão (ABREU et al., 2008):

$$EC = \int_p^{CV} f' dCV$$

Onde:

EC = Excedente do consumidor

p 1 = valor da taxa de entrada (p = 0 se for gratuita)

CV = custo de viagem

$f' dCV$  = função de demanda derivada a partir do custo de viagem

Existem desvantagens na aplicação desse método sendo alguns deles: determina apenas valores de uso direto e indireto, variação dos custos por visitantes ocasionadas, por exemplo, pelos diferentes meios de transporte utilizados, fazendo-se necessário nesse caso à utilização de medidas de custo de tempo (ABREU et al., 2008).

### 3.3 Método dos preços hedônicos

O método dos preços hedônicos tem como objetivo valorar os atributos naturais e estruturais de um bem e estimar variáveis socioeconômicas correlacionadas. Alguns atributos muitas vezes influenciam no valor de um bem e conseqüentemente alteram seu valor, sendo assim, o método de preços hedônicos é utilizado para reconhecer essas especificidades correlacionadas aos bens (MATOS et al., 2010). Um exemplo de tais atributos seria o contexto ambiental que acaba influenciando no valor de um bem por estar contido nele, como uma casa que se localiza em local com alto nível de poluição (MATOS et al., 2010).

Essa metodologia é aplicada a vários tipos de bens, mais seu uso mais frequente ocorre em preços de imóveis estabelecendo a relação entre os atributos de um bem e seu preço de mercado (MIRANDA; VITALE; ZAMPIER, 2009). Aplicada aos bens culturais estima os preços implícitos das atribuições que alteram seus valores, estimulando o interesse pelo uso dos benefícios providos por esses bens (GUIA, 2008).

Sendo assim, a metodologia de preços hedônicos estima o valor desses atributos que são influenciadores na formação de preço dos bens, utilizando-se da seguinte fórmula (LEZCANO, 2004):

$$P_i = f(a_{j1}, a_{2i}, a_{ki}, \varepsilon_i)$$

Onde:

$P_i$  = preço da propriedade

$f$  = função arbitrária dos preços hedônicos

$a_{ji}$  = atributos que compõem a propriedade  $i$

$\varepsilon_i$  = erro ou distorção do modelo

A função anterior tem por objetivo apresentar verdadeiramente o valor da propriedade levantando todas as variáveis que influenciam na estimação do valor de um bem. O modelo de função de preços hedônicos muitas vezes utiliza-se da aplicação da técnica de regressão múltipla para estimar os parâmetros do modelo. A regressão múltipla define que a forma de equação seja linear nas características ou em alguma transformação (LEZCANO, 2004).

$$P_i = \beta_{1x_{i1}} + \beta_{2x_{i2}} + \dots + \beta_{kx_{ik}} + \varepsilon_i \quad (\beta_t = 1, 2, \dots, \eta)$$

Onde:

$\beta_i (i = 1, 2, \dots, \eta)$  = coeficientes da regressão

$x_{ij}$  = as variáveis explicativas, que são atributos mensuráveis da propriedade ou transformadas não lineares destes

$\epsilon_i$  = variável aleatória denominada erro do modelo

Se  $x_{i1} = 1$ ,  $\beta_1$  passa a ser termo independente. Os coeficientes  $\beta_j$  e  $\epsilon_i$  são inicialmente desconhecidas, podendo ser estimados através de valores observados  $P_i$ ,  $x_{ij}$  através do sistema  $\eta$  equações (LEZCANO, 2004).

Após estimar  $\beta_j$ , a regressão pode ser escrita da seguinte forma:

$$P_i = b_1 x_{i1} + b_2 x_{i2} = \dots + b_k x_{ik} + e_i$$

Onde:

$B_j (j = 1, 2, \dots, k)$  = estimadores dos coeficientes referentes às estimativas dos preços de cada atributo em análise

$e_i$  = resíduos do modelo

A partir da determinação da função de preços hedônicos, estima-se o preço de um atributo de interesse (preço hedônico). Sendo assim o  $P_h$  (Preço hedônico) de um  $a_j$  (atributo) é encontrado pela derivada de função de preço de propriedade  $P = f(a_1, a_2, \dots, a_k, \epsilon)$  relacionada à variável escolhida (LEZCANO, 2004):

$$P_h = \frac{\partial P}{\partial a_j}$$

Onde:

$P_h$  = Preço Hedônico

$a_j$  = característica adicional

$\frac{\partial P}{\partial a_j}$  = DAP por uma unidade da característica adicional

A derivada apresentada acima corresponde ao benefício marginal trazido pelo atributo em análise representando assim, a disposição a pagar de um indivíduo, por uma unidade adicional do  $a_j$  (LEZCANO, 2004). Conclui-se então que utilizando a metodologia de preços hedônicos é possível estimar o preço para cada atributo de forma a identificar sua influência no preço total de um bem.

Como limitação para o Método de preços hedônicos cita-se a dependência à uma base de dados, a possibilidade do preço dos imóveis analisados estarem subestimados e o uso da técnica pode ser prejudicado devido a existência de diversos fatores (BRANDLI et al., 2006).



## **4 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 Classificação da pesquisa**

Considerando que uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa, este trabalho classifica-se como exploratório, pois, conforme Severino (2007), o exploratório levanta informações sobre um objetivo específico, delimitando assim, um campo de trabalho e também por mapear as condições de manifestação deste objeto.

Quanto aos procedimentos Severino (2007), os classifica em bibliográficos, documental, experimental e de pesquisa de campo, em que a pesquisa bibliográfica é aquela realizada através de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses dentre outros. Neste contexto, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, por ser desenvolvida a partir de livros e artigos contendo teorias já existentes sobre o assunto.

O método de abordagem de uma pesquisa divide-se: método dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético, e esta pesquisa irá utilizar o método dedutivo que segundo Filho e Santos (2002, p.23), “quando se parte de uma situação ou posição geral e se particulariza conclusões, o método utilizado é o dedutivo”.

E quanto às técnicas de coleta de dados Severino (2007), diz que são os procedimentos que servem de medição prática, para a realização das pesquisas, sendo que estes procedimentos devem ser compatíveis, com a classificação da pesquisa.

As técnicas de coletas de dados se dividem em documentação indireta, direta intensiva e direta extensiva, em que a documentação indireta abrange a pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI, 2001). Por isso a pesquisa se caracteriza quanto à coleta de dados, uma pesquisa indireta, pois não foi feito contato direto, com o objeto pesquisado, e por ter utilizado livros, artigos, leis, entre outros.

## 4.2 Amostra, coleta e classificação dos dados

Através de pesquisa feita por meio eletrônico em *sites* de pesquisa como *Google Acadêmico* (*site* de busca de trabalhos científicos), portais universitários como UNB – Universidade de Brasília, USP – Universidade São Paulo, Revistas Eletrônicas diversas especializadas em pesquisas científicas na área de economia, finanças e contabilidade foi possível alcançar uma população que totaliza 42 trabalhos científicos que abordam assuntos relacionados ao tema, ou seja, bens culturais.

A partir da coleta, os trabalhos foram classificados em ‘bibliográficos’ ou ‘empíricos’. O critério utilizado para classificar um trabalho científico em bibliográfico foi o fato de tratar o tema apenas de teórica, enquanto que os trabalhos científicos classificados como empíricos foram aqueles que aplicaram os métodos de mensuração a bens culturais. A quantidade de trabalhos analisados foram os constantes da amostra de 42 trabalhos conforme Tabela 2.

TABELA 2 – Classificação dos trabalhos científicos em bibliográficos e empíricos.

Descrição	Quantidade
Bibliográficos	15
Empíricos	27
<b>Total</b>	<b>42</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2013).

Os trabalhos classificados como bibliográficos foram excluídos da amostra, pois para cumprir o objetivo específico de verificar qual o método de mensuração de bens culturais mais utilizados no contexto nacional, seria necessário somente os trabalhos científicos que aplicaram um dos três métodos mais citados na literatura.

A partir da eliminação dos trabalhos científicos bibliográficos da amostra, os trabalhos foram separados de acordo com o tipo de ativo mensurado, dentre eles existem os ‘Bens Culturais’ que é foco desta pesquisa, e também foram considerados os trabalhos que buscaram mensurar o valor dos “Bens Ambientais”, e ainda os “Bens Imóveis” conforme exposto na Tabela 3. Tal classificação se deu por considerar-se de relevância a análise dos demais ativos, além dos bens culturais propriamente ditos, e ainda pelo fato de ser um assunto pouco abordado e com poucas pesquisas empíricas.

TABELA 3 – Classificação dos trabalhos por ativos culturais e ambientais.

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade de Trabalhos Científicos</b>	<b>Percentual</b>
Bens Culturais	10	37,04%
Bens Ambientais	15	55,56%
Bens Imóveis	2	7,40%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2013).

A partir desses trabalhos científicos serão analisados quais aplicam os métodos de mensuração abordados nesta pesquisa e por sua vez, serão levantados quais os métodos mais utilizados no contexto nacional.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise dos dados coletados, foram utilizados como base para a classificação os métodos mais comuns de mensuração (Valoração Contingente, Custo de Viagem e Preços Hedônicos), utilizados não só para valoração de bens culturais, mais também, para os bens ambientais e bens imóveis.

Analisando os trabalhos científicos constantes da amostra, observa-se que a maior concentração de trabalhos científicos sobre o tema foi no ano 2008, alcançando um percentual de 29,63% no total de trabalhos analisados, conforme Tabela 4.

TABELA 4 – Quantidade de trabalhos científicos por ano.

Ano	Quantidade de Trabalhos publicados	Percentual
1999	2	7,41%
2003	1	3,70%
2004	3	11,11%
2005	2	7,41%
2006	3	11,11%
2007	3	11,11%
2008	8	29,63%
2011	3	11,11%
2012	2	7,41%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2013).

Verifica-se através da Tabela 5 que o método mais utilizado nas pesquisas científicas constantes da amostra no contexto nacional foi o método de Valoração Contingente.

TABELA 5 – Métodos de mensuração de ativos culturais e ambientais.

<b>Métodos Utilizados</b>	<b>Quantidade de Trabalhos</b>	<b>Percentual</b>
Valoração Contingente	15	60%
Custo de Viagem	8	32%
Preços Hedônicos	2	8%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2013).

Dentre os 27 trabalhos da amostra, houveram dois trabalhos, que aplicaram mais de um método de mensuração, ressaltando, que os dois trabalhos aplicaram os Métodos de Valoração Contingente e Custo de Viagem. Por isso foram excluídos da amostra para não influenciar no cálculo do percentual de aplicação dos métodos abordados.

Analisando a tabela 6 observa-se que dentre a amostra, somente 10 trabalhos científicos aplicaram algum dos métodos de valoração a bens culturais, o equivalente a 37,04 % da amostra, sendo que entre os três métodos utilizados para classificação, somente o método de preços hedônicos não se aplica aos bens culturais.

No total de 25 trabalhos componentes da amostra, 13 trabalhos aplicaram os métodos de mensuração de ativos culturais e ambientais à ativos ambientais, e foram excluídos da amostra, pois o foco da presente pesquisa são os bens culturais. E 2 trabalhos aplicaram o Método de Preços Hedônicos a imóveis não considerados ativos culturais.

Isso se explica pelo fato de o Método de Preços Hedônicos ter sua aplicação voltada á Imóveis, principalmente habitacionais, por ser capaz de mensurar o valor marginal dos atributos naturais ou estruturais de um imóvel e variáveis sócio-ambientais que também influenciam no valor do imóvel, sendo vantajoso sua aplicação na apuração do preço de imóveis habitacionais (MATOS et al., 2010). Observa-se também, que o Método de Preços Hedônicos tem como base para mensuração o valor de mercado do imóvel, sendo assim, raramente será utilizado em bens culturais, pois os bens culturais dificilmente podem ser mensurados por valor de mercado (MATOS et al., 2010).

TABELA 6 – Aplicação dos métodos de mensuração aos bens culturais.

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade de Trabalhos Científicos</b>	<b>Percentual</b>
Valoração Contingente	7	70%
Custo de Viagem	3	30%
Preços Hedônicos	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2013).

Apesar do Método de Custo de Viagem ser menos subjetivo, a amostra em questão possui maior percentual de aplicação para o Método de Valoração Contingente, corresponde a 70% dos trabalhos da amostra que aplicaram o Método de Mensuração aos bens culturais, restando então um percentual de 30% para a aplicação do Método de Custo de Viagem conforme a Tabela 6.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou normas relacionadas ao tratamento contábil dado aos bens culturais no âmbito nacional e internacional, abordando o tratamento contábil apresentado pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e no âmbito internacional, pelo *Financial Reporting Standard 30 (Heritage Assets)* por último pelo *Statement of Federal Financial Accounting Standards 29 – Heritage Assets and Stewardship Land* demonstrando o entendimento apresentado pelo *Accounting Standards Board – ASB, Financial Accounting Standards Board – FASB*.

Através da abordagem trazida pelas normas citadas acima, conclui-se que no Brasil ainda não existem normas específicas que tratem da contabilização dos bens culturais, existindo como norte apenas o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que trata de parte da contabilização destes bens. Mas no âmbito internacional observa-se que existem órgãos como o ASB e o FASB que tratam do assunto com maior preocupação e conseqüentemente trazem parâmetros mais completos, quanto do reconhecimento e evidenciação dos bens culturais, pontuando que existem divergências, entre o tratamento apresentado por estes órgãos como, por exemplo, a forma que o FASB reconhece os bens culturais, não o reconhecendo como ativo. Em contrapartida o ASB reconhece os bens culturais como ativo e orienta parâmetros referente a mensuração desses bens.

Todas as normas apresentadas por esta pesquisa demonstra a importância de se mensurar os bens culturais, e definem que sua mensuração é primordial para maior clareza das informações contábeis, sendo a favor da mensuração de tais bens, mesmo que seja por métodos diferenciados dos habituais, desde que sejam apropriados e relevantes, trazendo valores mais próximos possíveis da realidade.

Ao analisar os trabalhos acadêmicos apresentados na amostra, conclui-se que a aplicação dos Métodos de Mensuração de Bens Culturais, também utilizados na mensuração de Ativos Ambientais, são relevantes e contribuem significativamente para a contabilização desses bens, sendo inevitáveis para o levantamento dos valores dos bens culturais. Nota-se também, a partir da análise dos trabalhos levantados na amostra apresentada pela pesquisa,

que existe uma carência de pesquisas, que trata sobre a aplicação de algum dos métodos de mensuração especificamente, em bens culturais, observando que os métodos comumente aplicados aos bens culturais são o Método de Valoração Contingente e o Método de Custo de Viagem.

Analisando o levantamento bibliográfico apresentado pela amostra composta por 42 trabalhos científicos abordados na pesquisa, identificou-se que o maior volume de publicação ocorreu em 2008, o correspondente a 29,63% do total da amostra, sendo que apenas 27 desses trabalhos aplicaram os Métodos de Valoração Contingente, Método de Custo de Viagem e Preços Hedônicos, destacando que apenas 37,04% desses trabalhos empíricos tratavam da aplicação de algum dos métodos citados anteriormente aos bens culturais, pontuando que 70% deste total se referia a aplicação do Método de Valoração Contingente.

Conforme os objetivos específicos propostos na pesquisa foi apresentado uma abordagem teórica sobre os bens culturais e métodos/técnicas utilizadas para sua mensuração no capítulo 2; em seguida foram apresentadas as variáveis que influenciam no processo de mensuração dos bens culturais no capítulo 3; e a verificação dos métodos mais utilizados em pesquisa sobre o tema mensuração de bens culturais foi apresentado no capítulo 5.

É importante ressaltar que não foi possível ter acesso a todos os trabalhos científicos que tratam sobre os Métodos de Mensuração, inclusive os trabalhos sobre bens culturais, pois muitos não são publicados e seu acesso fica restringido.

Seria de grande contribuição à literatura se ocorresse maior interesse na realização de pesquisas voltadas não só a mensuração de bens culturais, mais também, ao tratamento contábil dado à eles, contribuindo desta forma para uma maior informação sobre o reconhecimento e evidenciação dos bens culturais, ocasionando transparência aos demonstrativos contábeis de forma mais completa e fornecendo informações mais úteis e completas aos usuários internos e externos das informações contábeis.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Eliane Aparecida Pereira de et al.. 2008. **Uma análise do custo de viagem para a Praia da Avenida em Maceió.** Disponível em:

<<http://ideas.repec.org/p/ags/sbrfstr/114116.html>>. Acesso em: 25/10/12.

ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Financial Reporting Standard – FRS 30: Heritage Assets*, 2009. Disponível em: <http://www.frc.org.uk/getattachment/11989f89-363e-474e-abab-d54917239e28/FRS-30-Heritage-Assets-%28June-2009%29.aspx>. Acesso em: 24/08/12.

ANGELO, Priscila Garcia; CARVALHO, Adriana Rosa. 2007. **Valor recreativo do rio Araguaia, região de Aruanã, estimado pelo método do custo de viagem.** Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=187115754013>>. Acesso em: 25/10/12.

BARTON, Allan. 2004. *The conceptual arguments concerning accounting for public heritage assets: a note.* Accounting, Auditing & Accountability Journal. Vol. 18 Iss: 3 pp. 434-440. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513570510600774>>. Acesso em: 25/10/12.

BEM, Judite Sanson de; GIACOMINI, Nelci Maria Richter. 2011. **O uso do método da valoração contingente para uma cesta de bens culturais no município de Canos, Rio Grande do Sul.** Disponível em:

<<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/238>>. Acesso em: 25/10/12.

BRANDLI, Elisangela Nicoloso et al.. 2006. **Análise das vantagens e limitações dos métodos de valoração de recursos ambientais:** método do custo de viagem, método de valoração contingente e método de preços hedônicos. Disponível em:

<[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/585.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/585.pdf)>. Acesso em: 10/06/13.

BRASIL. **Constituição 1988.** Brasil: Disponível em:

<[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm)>. Acesso em: 16/09/12.

FERNANDES, José. **Técnicas de estudo e pesquisa.** 5. ed. Goiânia: Kelps, 2002.

FILHO, Domingos Parra; SANTOS, João Almeida. Monografia: **TCC - teses - dissertações**. 8. ed. São Paulo: Futura, 2002.

GONÇALVES, Maria Josefina Miranda. 2010. **A problemática da contabilidade nos museus e a valorização do seu patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16527>>. Acesso em: 25/10/12.

GUIA, Ana Teresa Bernardo. 2008. **A valoração econômica de bens culturais: uma aplicação a monumentos da Cidade de Tomar**. Disponível em: <<http://repositorio.utad.pt/handle/10348/423>>. Acesso em: 25/10/12.

HOOPER, Keith; KEARINS, Kate; GREEN, Ruth. 2005. **Knowing “the price of everything and the value of nothing”: accounting for heritage assets**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513570510600765>>. Acesso em: 25/10/12.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 16/09/12.

LEZCANO, Lizandra Martinez. **Análise do efeito do risco de cheia no valor de imóveis pelo método dos preços hedônicos**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. Disponível em: <[http://www.ppgerha.ufpr.br/publicacoes/dissertacoes/files/088-Lizandra\\_Martinez\\_Lezcano.pdf](http://www.ppgerha.ufpr.br/publicacoes/dissertacoes/files/088-Lizandra_Martinez_Lezcano.pdf)>. Acesso em: 10/04/13.

MAIA, A. Gori; ROMEIRO, Ademar R. **Validade e confiabilidade do método de custo de viagem: um estudo aplicado ao Parque Nacional da Serra Geral**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502008000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000100005)>. Acesso em: 10/04/13.

MARCONI, Marina se Andrade. **Metodologia científica: para o curso de direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Matheus de Mendonça. **Valoração de bens culturais: uma aplicação do método de custo de viagem nos bens públicos culturais do Distrito Federal**. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mensuração de ativos culturais: uma aplicação do método de custo de viagem em bens públicos culturais do Distrito Federal**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília, 2012.

MATOS, Alda et al. 2010. **Análise crítica dos métodos de valoração econômica dos bens e recursos ambientais**. Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2699/1/comunicacao\\_VIII\\_CIER.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2699/1/comunicacao_VIII_CIER.pdf)>. Acesso em: 14/04/13.

MIRANDA, Gabriel de Magalhães; VITALE, Vinicius; ZAMPIER, João Fortunato. **Levantamento das metodologias as propostas para valoração econômica de bens ambientais**. UNICENTRO. Irati, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/download/16321/10794>>. Acesso em: 10/04/13.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – STN. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP): parte II procedimentos contábeis patrimoniais**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteII\\_PCP.pdf](http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteII_PCP.pdf)>. Acesso em: 24/08/12.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STAMPE, Mariane Zwilling; TOCCHETTO, Daniela Goya; FLORESSI, Stefane. 2008. **Utilizando a metodologia de valoração contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807180032160-.pdf>>. Acesso em: 26/09/12.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. 2006. **Revista Brasileira de Contabilidade**, vol. 26, n. 51, jan./jul. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20/09/12.

TAVARES, Adilson de Lima; GONÇALVES, Rodrigo de Souza; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Heritage Assets: uma análise comparativa das normas emanadas ao FASB, ASB e CFC**. Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2009/CONT/CON166.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2009/CONT/CON166.pdf)>. Acesso em: 14/04/13.

ZORDAM, Maria Salete; BARROSO, Alberto Leão de Lemos; CABRAL, Cleides Antônio. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Fesurv – Universidade de Rio Verde, Pró-Reitoria de pós-graduação e pesquisa, Pró-reitoria de graduação. Rio Verde, 2005.

## **APÊNDICES**

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A	Lista dos trabalhos componentes da população e amostra.....	46
------------	---	----

## Apêndice A

### LISTA DOS TRABALHOS COMPONENTES DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

Trabalhos Científicos com abordagem dos Métodos de Mensuração também utilizados para os bens Culturais					
Fonte	Autor/Ano	Método do Custo de viagem	Método de Valoração Contingente	Método dos preços Hedônicos	Bibliográficos
A Valoração Contingente como ferramenta de economia aplicada ao a conservação ambiental: O Caso da estrada Parque Pantanal	SERRA, Maurício et al, 2004.		X		
Análise crítica dos métodos de valoração dos bens e recursos ambientais	MATOS, Alda; ISABEL, Ribeiro; FERNADES, Antônio; CABO, Paula, 2010.				X
Uma análise do custo de viagem para a Praia da Avenida em Maceió	ABREU, Eliane et al, 2008.	X			
O uso do método da valoração contingente para uma cesta de bens culturais no Município de Canos, Rio Grande do Sul.	BEM, Judite; GIACOMINI, Nelci, 2011.		X		
Validade e confiabilidade do método de custo de viagem: um estudo aplicado ao Parque Nacional da Serra Geral.	MAIA, Gori, ROMEIRO, Ademar, 2008.	X			
Valor recreativo do Rio Araguaia, estimado pelo método do Custo de Viagem.	ANGELO, Priscila, CARVALHO, Rosa, 2007.	X			
Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre.	STAMPE, Mariane; TOCCHETTO, Daniela; FLORISI, Stefano, 2008.		X		
Valoração Econômica das Cavernas da Microbacia do Rio Salobra, Bodoquena – MS com subsídio ao Planejamento Ecoturístico.	SILVA, Luciana Ferreira; CAMARGO, Rafael, 2008		X		
A Valoração Econômica de bens culturais: uma aplicação a Monumentos da Cidade de Tomar.	GUIA, Ana, 2008.	X			
Valoração de bens culturais: Uma aplicação do método do custo de viagem nos bens públicos culturais do Distrito Federal.	MARQUES, Matheus, 2011.	X			
Economia da Cultura e os equipamentos culturais: A valoração simbólica como determinante de Políticas Públicas para os centros urbanos.	BETTI, Luana; VALIATI, Leandro, 2012.		X		

Aplicação de métodos de valoração ambiental como ferramenta para gestão de sistemas lagunares urbanos.	SOUZA, Frank Pavan de, 2010.				X
A problemática da contabilidade nos museus e a valoração do seu patrimônio cultural.	GONÇALVES, Maria Josefina Miranda, 2010.				X
Análise do efeito do risco de cheia no valor de imóveis pelo método dos Preços Hedônicos	LEZCANO, Lizandra Martinez, 2004.			X	
Valoração Monetária de amenidades ambientais: algumas considerações	FILHO, Francisco Casimiro, 1999		X		
Valoração econômica do ecoturismo estudo de caso: A festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis-GO.	CERQUEIRA, Márlon José, 2003.		X		
Nova Contabilidade pública: potenciais benefícios de valoração dos <i>heritages assets</i> para sustentabilidade ambiental	SILVA, Neima Quele Almeida da; MULLER, Carlos André da Silva; LEITE, Haroldo Cristovam Teixeira, 2011.				X
Valoração econômica ambiental: um estudo analítico e teórico dos métodos e suas multiaplicabilidades.	PORTUGAL Júnior, Pedro dos Santos; SANTOS, Nilton; ABREU, Gustavo Andrade, 2008.				X
Um estudo sobre a contabilização dos impactos ambientais no setor sucroalcooleiro.	SILVA, Angelino Fernandes; FERREIRA, Araceli Cristina de Souza, 2009.				X
Valoração e Procura de Patrimônio Cultural: o Museu de Lamego	FONSECA, Susana Maria Salgueiro Rebelo da, 2008.	X			
Valorização de bens e serviços culturais: o método de avaliação contingencial aplicado ao caso das bibliotecas	OLIVEIRA, Maria Lenon; COELHO, Manuel Pacheco, 2007.			X	
A problemática da captação: relação entre os incentivos fiscais e a gestão dos recursos públicos na decisão privada da inversão cultural.	VALIATI, Leandro; FLORISSI, Stefano, 2005.			X	
A competitividade das empresas e a questão ambiental: a valoração econômica dos ativos ambientais	SOUZA, Roberta Fernanda da Paz de, 2006.			X	
Valoração contingente do parque "Chico Mendes" uma aplicação probalística ao método <i>Referendum com bidding games</i>	SILVA, Rubicleis Gomes; LIMA, João Eustáquio, 2004.			X	
Os microfundamentos do método de valoração contingente	SILVA, Rubicleis Gomes da, 2008.				X
Aplicação do método de valoração contingente para estimar o altruísmo paternalístico na valoração de mobilidade em crianças devido à poluição do ar em São Paulo.	MAC-KNIGHT, Vivian, 2008.			X	

O método de valoração contingente (MAC): uma abordagem teórica	VIEIRA, Fernanda Rodrigues; BARBOSA, Cleidinaldo de Jesus, 2012.				X
Avaliação contingente para valorização de projetos de conservação e melhoria dos recursos hídricos	BELLUZZO Júnior, Walter, 1999.		X		
Valor econômico do Patrimônio Histórico Cultural: estudo de caso de avaliação do Programa Monumenta.	BORGER, Fernanda Gabriela; BELLUZZO, Walter, 2009.				X
A avaliação contingente como ferramenta de auxílio à gestão de áreas verdes urbanas	BOCATO Junior, Francisco Carlos; CUNHA, Alan Cavalcanti, 2011.		X		
Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados pelo Museu de arte de Goiânia (MAG)	DAMASCENO, João Pedro; FRANÇA, Matheus Gonçalves, 2012.		X		
Valoração Econômica do Engenho Central de Piracicaba-SP	JOÃO, Livia Salla; LIMA, Roberto Arruda de Souza, 2008.				X
Valoração Monetária de bens e serviços ambientais: revisão do estado-da-arte sob a ótica da gestão das águas	TAVARES, Vitor Emanuel Quevedo; RIBEIRO, Márcia Maria Rios; LANNA, Antonio Eduardo Leão, 1999.				X
Valorando o Ecoturismo e as atividades recreacionais da área de proteção ambiental Serra de São José (MG): Uma aplicação do método do custo de viagem e da valoração contingente	PEREIRA, Patrícia Fernanda da Silva; CAMPOS, Eneida Maria Goddi, 2006.	X	X		
Levantamento das metodologias propostas para valoração econômica de bens ambientais.	MIRANDA, Gabriel de Magalhães; VITALE, Vinicius; ZAMPIER, João Fortunato, 2008.				X
Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre: A economia do Meio Ambiente como ferramenta de análise de bens ambientais e culturais.	ANDRADE, Alex Moreira, 2006.				X
Valoração econômica: os métodos do custo de viagem e de valoração contingente aplicados às praias de Palmas-TO	FINCO, Marcus Vinicius; VALADARES, Marcelo de Brito, 2005.	X	X		
Bem público "Cultura": Especificidades da política cultural	CRUZ, José Manuel, 2006.				X
A valoração econômica de benefícios ambientais: um suporte a formulação de políticas públicas	FREIRE, Carla Regina Ferreira; FILHO, Francisco Casimiro; SOUZA, Ana Santos, 2006.	X			



Valoração de danos ambientais irreversíveis	STEIGLER, Annelise Monteiro, 2011.				X
Preços hedônicos: Teoria e aplicação no Setor Imobiliário na cidade de São Paulo	RIVERA, Edward Bernard Bastiaan, 2007			X	
A estimação do valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu através do método de custo de viagem	ORTIZ, Ramon Arigoni; MOTTA, Ronaldo Seroa da; FERRAZ, Claudio, 2008.	X			